

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE SALINAS

EXERCÍCIO: 2004 PROCESSO Nº: 698253

INFORMAÇÃO: Em cumprimento ao despacho do Exmo. Senhor Conselheiro

Relator Sebastião Helvécio, fl. 65, informa-se que:

Face ao despacho do Exmo. Senhor Relator, demonstra-se, a seguir, o cálculo do repasse à Câmara, conforme requerido pelo douto Ministério Público, em cumprimento ao atual entendimento desta Corte exarado na Consulta n. 837614, sessão do Pleno de 19/06/2011:

- Arrecadação do Município – Ex.Anterior: R\$ 2.210.203,07 (com a dedução do FUNDEF, fls. 41/42).

- (+) Vr. Dedução do FUNDEF	R\$	383.591,42
- (=) Receita Bruta	R\$	2.593.794,49
- Percentual Populacional - 8%	R\$	207.503,56
- Percentual do Repasse - 8,0001%	R\$	207.879,39
- Valor excedente (0,0001%)	R\$	375,83

Diante do exposto, verifica-se que, mesmo sem a dedução do FUNDEF, o índice percentual apurado no repasse à Câmara Municipal não obedeceu ao limite fixado no inciso I do art. 29-A da Constituição da República com redação dada pelo art. 2º da EC 25/2000. Contudo, retifica-se a análise técnica de fl. 24 pela informação acima.

DCEM/5<sup>a</sup> CFM, em 20 de dezembro de 2012

Edina Aparecida Saraiva Motta Coordenadora de Área – TC 15577-3